

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA CAMPUS JOINVILLE

KAMILLY RANKEL
JOÃO CARLOS ROGALSKI
THAIS SANTOS DE ANDRADE
VITOR DINIZ DE MEDEIROS

IMPORTÂNCIA DE SOCIABILIZAR EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA A
COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE AS NECESSIDADES ESPECIAIS EM UM POLO
DE REFERENCIA NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE/SC

Joinville/SC

2017

KAMILLY RANKEL
JOÃO CARLOS ROGALSKI
THAIS SANTOS DE ANDRADE
VITOR DINIZ DE MEDEIROS

IMPORTÂNCIA DE SOCIABILIZAR EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA A
COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE AS NECESSIDADES ESPECIAIS EM UM POLO
DE REFERENCIA NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE/SC

Projeto Integrador apresentado ao Curso Técnico de Enfermagem do Câmpus Joinville do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) como requisito das unidades curriculares do Projeto Integrador. IV

Professor Orientador: Ma. Marlete Scremin

Joinville/SC

2017

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial de Saúde
PPD	Pessoa Portadora de Deficiência
ONU	Organização das Nações Unidas
dB	Decibéis
Hz	Hertz
Art	Artigo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
CNS	Conselho Nacional de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
QI	Questionário

RESUMO

Um fator relevante com relação a pessoas portadoras de deficiência física é a questão de acesso à educação de qualidade. Atualmente a sociedade esta evoluindo em diversos aspectos, seja na tecnologia, meios de comunicação, ingresso no mercado de trabalho, e a admissão de conhecimentos sobre mundo, mas mesmo com esses fatores, existe uma baixa preocupação em relação as dificuldades do cotidiano que o deficiente físico sofre por não ter uma demanda considerável para ter mais conforto e mais possibilidades de locomoção e educação. Este estudo teve como objetivo orientar a comunidade escolar bem como: alunos, professores e, demais colaboradores sobre a importância da sociabilização diante as necessidades especiais em um polo de referência no município de Joinville/SC. Tratou-se um projeto de intervenção, que foi realizado em um polo de referência na Escola de Educação Básica Professora Antônia Alpaides Cardoso dos Santos, no período, 15 de Março de 2017. Para os quatro (4) encontros realizados com alunos do 6ºano ao 8º ano, foi utilizado diário de campo para o registro das ações. as intervenções realizadas no auditório da escola como o combinado. No decorrer das apresentações tivemos dificuldades referente ao material disponibilizado pela escola bem como: Data show, lousa digital e abertura do auditório no horário proposto. Este projeto teve como objetivo orientar à comunidade escolar sobre a importância da sociabilização de pessoas com deficiência física, durante as apresentações foi perceptível que os alunos haviam pouco conhecimento sobre o tema proposto. Observou-se que a uma necessidade de criar projetos como este, e uma melhor divulgação dos já existentes, para que haja socialização e uma melhoria na qualidade de vida de pessoas portadoras de necessidades especiais.

PALAVRA-CHAVE: Barreiras de comunicação; Pessoas com Deficiência; Inclusão Educacional.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Justificativa.....	7
1.2 Definição do problema.....	8
1.3 Objetivos.....	10
1.3.1 Objetivo geral.....	10
1.3.2 Objetivos específicos.....	10
2. REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1 Normativas relacionadas a inclusão social.....	12
2.2 Definição.....	13
3 METODOLOGIA	15
3.1 Público alvo.....	15
3.2 Amostra de Estudo.....	15
3.3 Processo Metodológico.....	15
3.4 Etapas de Intervenção do Projeto.....	16
4 RESULTADOS	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	20
APÊNDICE A: Declaração para autorização do projeto de Intervenção	22

1 INTRODUÇÃO

Um fator relevante com relação a pessoas portadores de deficiência física é a questão de acesso à educação de qualidade. Atualmente estamos evoluindo em diversos aspectos, seja na tecnologia, meios de comunicação, ingresso no mercado de trabalho, e a admissão de conhecimentos sobre mundo, mas mesmo com esses fatores, existe uma baixa preocupação em relação as dificuldades do cotidiano que o deficiente físico sofre por não ter uma demanda considerável para ter mais conforto e mais possibilidades de locomoção e educação (ARAÚJO, 2005).

Sabe-se que a educação precisa ser aprimorada e deve-se buscar alternativas de ação para atender as necessidades de diferentes estudantes, mas para isso os profissionais devem ser capacitados para lidar com pessoas de necessidades especiais, tanto para poder ensiná-los corretamente e incluí-los no ambiente escolar com os alunos, e ainda a instituição de ensino deve possuir uma estrutura adequada para acolher esse portador. A partir disso, a inserção incondicional de alunos deficientes em classes de ensino comum ou a sua manutenção em alguma modalidade de ensino total ou parcialmente segregado parece depender mais de posições ideológicas que de argumentos cientificamente defensáveis (ARAÚJO, 2005, p.243).

A inserção de um aluno deficiente em uma classe comum, se determinada apenas administrativamente, não assegura que ele será bem acolhido pelo professor e colegas da classe, nem lhe garante ensino de qualidade mediante adequado atendimento a suas particularidades e necessidades especiais. Muitas das decisões a serem tomadas, das medidas adotadas para a acolhida positiva e a provisão do imprescindível suporte ao aluno especial, visando o convívio produtivo a toda a classe, podem depender da correta compreensão da proposta da educação inclusiva e das atitudes sociais genuinamente favoráveis à inclusão por parte do professor, uma das variáveis mais importantes para o sucesso dela, segundo Hastings e Oakford (2003), Jobe, Rust e Brissie (1996). Assim, é enfatizado que as práticas inclusivas podem fracassar, se professores do ensino comum não tiverem atitudes sociais positivas em relação a essas práticas (SHADE;STEWART, 2001). A decisão de incluir ou não alunos especiais depende da vontade dos professores de

aceitar e apoiar esses estudantes dizer de Lanier e Lanier (1996).

Com isso, observamos que a qualidade nos ambientes escolares em relação a educação para o deficiente físico é insatisfatória, pois o ensino poderia ser procedido de duas maneiras, em uma classe comum, com adaptações para este aluno portador de necessidade especial possibilitando uma maior inclusão, ou o ensino ocorrer em ambiente desagregado com as demais classes comuns, atendendo as demandas compatíveis as pessoas portadoras de deficiência física. Com esse déficit de preocupação a qualidade de ensino ao deficiente físico, é muito significativo estudar e atentar a esse fator, e fazer com que busquem melhorias de atendimento e inclusão desse portador (ARAÚJO, 2005).

1.1. Justificativa

Os resultados do Censo de 1991, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE indicam um percentual de 1,14% de pessoas portadoras de deficiências físicas no contexto geral na população brasileira. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 1991).

A importância dos companheiros de brincadeiras na socialização de crianças é de fundamental importância e os estudos feitos nas áreas de Psicologia Social e do Desenvolvimento e têm reforçado (HARRIS, 1999).

Durante estudos psicossociais, realizados na Universidade federal do Espírito Santo, no ano de 2004, observou-se por ação de pesquisa que: Os esquecidos são: (alunos que parecem ser ignorados pela maioria do grupo); Os alunos isolados que, embora participem do dia a dia escolar, não interagem com o grupo (durante o intervalo) e os mais populares ou estrelas (têm ampla rede de relações, sendo considerados como o centro das atenções); também existem os alunos considerados como rejeitados, que são aqueles que recebem votos negativos. Evidenciam-se, assim, as estruturas sociométricas, que constituem a análise e a interpretação do sociograma (BONOW, 1972).

Os resultados do teste sociométrico mostraram que os alunos portadores de necessidades educativas especiais são aceitos com menos frequência e são mais rejeitados do que seus companheiros de turma de classes regulares. Esta

interpretação se mostrou coerente com os dados de Ray (1985).

De acordo com a Secretaria de Educação (2013), a educação especial foi regulamentada pelo Ministério da Educação em 2007 e, deixou de ser novidade, mas ainda é um desafio. Com o objetivo de incluir alunos com múltiplas deficiências no ensino regular, a lei estabeleceu parâmetros que fazem parte do dia a dia do universo da educação pública. Um deles é a implantação das salas de recursos multifuncionais. Em Joinville, são 58 centros/polos de referência somente na rede municipal.

1.2 Definição do problema

Frágeis e incapazes, outras vezes fortes e corajosos, estes são sinônimos constantemente usados para se falar de crianças deficientes, mas como a maioria da sociedade encara isso?

Percebe-se que, a maioria prefere não pensar no assunto e, com isso acaba tratando-os, com indiferença repassando essa forma de agir e pensar para os seus filhos e fazendo com que a sociedade sempre o trate com indiferença, sendo este o melhor caminho (PEDRINELLI. 2001).

Segundo Pedrinelli (2001), crianças com deficiência física possuem muito mais obstáculos a superar do que uma criança sem deficiência. O mesmo autor, relata que existem muitos profissionais e pessoas que veem e agem como que o deficiente fosse incapaz de realizar alguma atividade ou de aprender algo, com isso apresenta uma atitude de segregação por essa criança com algum tipo de deficiência física por ser diferente o isola não promovendo a inclusão.

O autor propõe algumas dicas de como promover o ato de inclusão nas escolas para essas crianças, como; adaptar atividades, através do uso de estratégias de ensino, regras, estrutura do ambiente, equipamento; utilizar sistemas de apoio (colegas de classe como tutores de mesma idade, equipe múltipla de ensino, auxiliares voluntários ou especialistas); agir naturalmente, propor desafios e ajudá-lo, incentivá-lo, entre outras colocações. Com esse conjunto facilita a integração nas atividades escolares e na relação com os colegas, amenizando o preconceito e aumentando a autoestima dessas crianças com deficiência (PEDRINELLI, 2001).

Sabemos que muitas escolas não oferecem recursos e estruturas para integrar crianças com algum tipo de dificuldade ou deficiência. Por conta disso

Schulunzen (2013) pode resolver esse problema por meio do desenvolvimento de projetos. Cria-se uma nova perspectiva para integrar os princípios que nortearam a pesquisa e conquistar as mudanças almeçadas no processo educacional, em relação à aprendizagem do aluno, às práticas pedagógicas do professor, ao currículo, à avaliação, à pesquisa e ao uso da tecnologia articulada ao currículo buscando transformar as práticas pedagógicas, nas quais as crianças com necessidades especiais físicas tornavam-se os autores e construtores de seu conhecimento, resgatando as suas habilidades e potencialidades.

Conforme o autor a cima, o objetivo central em se trabalhar com desenvolvimento de projetos foi o de se constituir um problema ou uma fonte geradora de problemas que exigia uma atividade para a sua resolução, permitindo resolver questões relevantes para os alunos, gerando a necessidade de aprendizagem.

Nele todas as crianças puderam expor as suas ideias, desde as mais retraídas, criando respeito mútuo entre elas (SCHULUNZEN, 1991).

Educação Especial, utilizávamos esse termo quando falávamos sobre uma educação própria para as crianças deficientes.

A criação de um ensino específico foi de um grande avanço para a sociedade pois, sabemos que dependendo do tipo de deficiência que essa criança tinha era mais é difícil acompanhar as demais crianças que obtiveram o mesmo desempenho no processo do ensino e aprendizagem. Logo, a criança não consegue adaptar-se ao ensino devido as dificuldades pois, o ensino se adapta a criança conforme suas necessidades. Porém, se conduzido de forma negligenciada, pode ser entendido como uma prática segregacionista servindo para legitimar a discriminação e o despreparo das escolas e educadores em lidar com crianças deficientes dificultando assim a inclusão social dessas crianças. Pois através de avaliações psicológicas, o ensino regular encaminha crianças que poderiam participar para instituições de educação especial, pois professores e educadores não querem se incomodar (MENA, 2000).

Para Bueno (1993), a educação especial tem cumprido esse duplo papel na sociedade de democratização do ensino, e de legitimação da ação seletiva da escola regular.

O problema é quando se tenta aplicar a educação especial sem nenhum preparo para isso. Deixar uma criança especial acompanhada com as demais e largá-las para não contribuí-las em nada para a inclusão dessa criança na sociedade. Alguns educadores por falta de preparo em relação a esse assunto, simplesmente largam a criança em um canto tentando aprender como os demais ou com um educador particular, e caso essa criança não consiga, dão uma lição mais fácil, mas isso só contribuiu para aumentar a estranheza e indiferença entre elas (MENA, 2000).

Segundo o psicanalista Alfredo Jerusalinsky (1997, p.93),

A proposta de uma Educação especial esbarra, inevitavelmente, com os perigos da discriminação e da marginalização e também com uma dura resistência familiar e social. Uma dura resistência formulada num falso democratismo, num igualitarismo puramente imaginário, muito mais destinado a satisfazer o narcisismo dos profissionais do que as verdadeiras necessidades das crianças que padecem dessas dificuldades.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Orientar a comunidade escolar bem como: alunos, professores e, demais colaboradores sobre a importância da sociabilização diante as necessidades especiais em um polo de referência no município de Joinville/SC

1.3.2 Objetivos específicos

- Apresentar o projeto ao responsável da instituição;
- Orientar a comunidade escolar mediante o tema proposto, e;
- Analisar os dados levantados por meio das percepções observadas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Durante toda a história, existiam indivíduos com algumas características diferentes do normal e, durante séculos perdurou um preconceito sobre esses indivíduos, antigamente se o bebê nascesse com alguma deficiência geralmente ocorria o infanticídio, já as que adquiriam algum tipo de deficiência ao decorrer da vida eram largadas para morrer. Entretanto, encontramos várias barbáries ditas por grandes pensadores da época: Platão, na *Utópica República*: [...] no que concerne aos que receberam corpo mal organizado, deixe-os morrer [...] Aristóteles, no seu tratado *Política*: [...] Quanto a saber quais as crianças que deve abandonar ou educar, deve haver uma lei que proíba alimentar crianças disformes [...] Lúcio Sêneca aduziu: [...] Matamos os fetos e os recém-nascido monstruosos; afogue-os [...]. Por mais horrendos que estes comentários e opinião possam ser, elas se enquadrava na moral da época e acreditava que se fazia necessários tais atos para se promover e garantir o bom funcionamento da sociedade (DESSEN; PEREIRA; SILVA, 2000).

Já com a vinda do Cristianismo já na Idade Média, passou-se a acreditar que tais deficiências eram fenômenos divinos ou demoníacos, ou seja, uns era filhos de Deus e outros recebiam esse “castigo divino” pagando pelo pecado dos pais. No século XV a concepção de deficiência era mais individual, com isso houve maior discriminação e afastamento desse indivíduo. Com a vinda da burguesia, esses indivíduos eram considerados não produtivos economicamente. As primeiras instituições para crianças deficientes surgem em meados do século XVIII em Paris, no século XIX começa a se perceber uma responsabilidade pública e social sobre os deficientes, mas só no século XX as ações e mudanças significativas começam a acontecer (DESSEN; PEREIRA; SILVA, 2000).

Por séculos, deficientes eram chamados de inválidos, e aí então começou uma discussão de qual termo deveria ser usado na sociedade para tal indivíduo. Até 1960 passaram a se chamar de incapacitados, a partir de 1960 eram denominados deficientes, em 1981 passaram a se chamar de “pessoa deficiente”, mas em 1988 encontrasse a necessidade de mudar pois “pessoa deficiente” dá a entender que ela é inteiramente deficiente, logo passou para “pessoa portadora de deficiência” para caracterizar a deficiência apenas como um detalhe. Já em 1990, a preocupação com o preconceito e a discriminação aumentou, logo passou a serem chamadas de portadores de necessidades especiais. Porém mais tarde, passou a ser apenas “pessoas especiais”, no caso de crianças apenas “crianças especiais”. Hoje, porém, “pessoa com deficiência” passa a ser o termo mais atual, por ter sido o desejado

pelos movimentos mundiais de pessoas com deficiência, incluindo o Brasil (SASSAKI, 2003).

2.1. Normativas relacionadas a inclusão social dos portadores de necessidades especiais.

Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 _Dispõe sobre apoio as pessoas portadoras de deficiências, sua integração social, sobre a coordenadoria nacional para a integração de pessoas portadoras de deficiências, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do ministério público, define crimes, e das outras providências.

Lei nº 8.899 de 29 de junho de 1994 _ concede o passe livre as pessoas portadoras de deficiências no sistema de transporte coletivo interestadual.

Lei nº 10.754 de 31 de outubro de 2003 _ altera a lei nº 8.989 de 24 de fevereiro de 1995 que dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI), na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiências físicas, e aos destinados ao transporte escolar e das outras providências.

Lei nº 10.048 de 08 de novembro de 2000 _ Da prioridade de atendimento às pessoas que especifica e das outras providências. (Art. 1º—As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei). (Redação dada pela Lei nº 13.146 de 2015).

Lei nº 7.335 de 10 de dezembro de 2012 _ Estabelece obrigações gerais e critérios básicos de acessibilidade no município de Joinville; dos elementos de urbanização; das calçadas e passeios; da acessibilidade nas habitações de interesse social; da educação; da acessibilidade no transporte, da acessibilidade na cultura, esporte, lazer e turismo; da acessibilidade em informação e comunicação; do acesso ao trabalho e emprego; da acessibilidade na saúde (na atenção básica, atenção secundária “média complexidade” e atendimento de alta complexidade).

2.2 Definição

De acordo com a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU,1975) assegura:

O termo pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar para si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, a deficiência ocorre quando algo acomete o indivíduo de forma congênita ou adquirida, provocando alterações na estrutura, aparência, ou funcionamento do corpo, identificando-se uma pessoa como deficiente a partir da constatação de uma diferença observável nesta pessoa, comparando-a com o que se observa em outros indivíduos. De acordo com o art. 4º, do Decreto nº 3.298/99, modificado pelo Decreto nº 5.296/2004, as tipologias de deficiência podem ser definidas da seguinte forma:

Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, e hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções. (BRASILIA, DECRETO Nº 5.296 DE 2004).

Conforme apresentado, o quadro 1, mostra as descrições e formas de comportamento físico:

Quadro 1 – Comportamento Físico e suas descrições

Paraplegia	Perda total das funções motoras dos membros inferiores.
Paraparesia	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.
Monoplegia	Perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)
Monoparesia	Perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)
Tetraplegia	Perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
Tetraparesia	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
Triplegia	Perda total das funções motoras em três membros.
Triparesia	Perda parcial das funções motoras em três membros.
Hemiplegia	Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo)
Hemiparesia	Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo)
Amputação	Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.
Paralisia Cerebral	Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequências alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.
Ostomia	Intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário).

Fonte: Comissão de Estudos, Brasília/DF - 2001

3 METODOLOGIA

A metodologia contextualiza nas seguintes etapas: público alvo, amostra de estudo, processo metodológico e, etapas de ação de intervenção do projeto.

O estudo caracteriza-se, como sendo uma pesquisa de ação de intervenção. Foi aplicado em um polo de referência para a comunidade escolar na Escola de Educação Básica Professora Antônia Alpaides Cardoso dos Santos.

3.1 Público Alvo

O estudo foi aplicado para os alunos pré-adolescentes matriculados regularmente do 6^a ano 1 e 2, 7^a ano 1 e 2 e, 8^a ano 1 e 2 entre a faixa etária de 11 a 14 anos.

A Escola de Educação Básica Professora Antônia Alpaides Cardoso dos Santos é considerado um Polo de referência para atendimento de crianças com necessidades especiais.

A escola está situada à Rua Minas Gerais, 2450, Nova Brasília - Joinville/SC.

Além da presença da comunidade escolar, contamos com a presença de professores e, colaboradores da escola selecionada.

3.2 Amostra de Estudo

O número de alunos que participaram do estudo foi de 100 alunos. Entretanto, como o projeto não passou pelo Comitê de Ética e Pesquisa a amostragem não é foco de estudo. Optamos em destacar descrevendo na metodologia, somente para futuros estudos.

3.3 Processo Metodológico

Para realizarmos a aplicação do projeto por meio de uma pesquisa de intervenção sobre o tema proposto, foi necessário pontuar várias etapas, para que isso ocorresse relato-as a seguir:

Primeiramente realizamos contatos com a responsável pela instituição da escola. Em seguida, foi elaborada uma declaração para dar início a apresentação do

(Apêndice A) fornecida pelo Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Joinville/SC. A mesma foi entregue para dar início a apresentação do projeto.

Após a aprovação, foi nos apresentado as turmas de alunos e professores responsáveis.

Optou-se, em realizar a aplicação do projeto em quatro (4) encontros/dias, entre os períodos de: 14 a 17 de março de 2017. Os encontros aconteceram nos períodos matutino tendo duração de três (3) horas diárias totalizando em 12 horas de ação de intervenção do projeto.

3.4 Etapas de Intervenção do Projeto

As etapas ocorreram de acordo com a prioridade qual, nos foi passado, sendo assim relato-as a seguir:

Apresentação dos pesquisadores e do tema a comunidade escolar e, professores colaboradores, visando a socialização da comunidade escolar com alunos que apresentam algum tipo de deficiência física porém, a cognitiva preservada.

Após, deu-se o início a apresentação do vídeo curta metragem titulado “*cuerdas*” do renomado autor Pedro Solís (2014). Esta obra é uma ilustração de uma aluna narrando sua experiência de sociabilização do indivíduo portador de necessidades especiais em interagir como o mundo interno.

Os pesquisadores responsáveis relatavam todos os acontecimentos mediante a ação de intervenção do projeto E, após o término todos se reuniam para analisarem as percepções observadas.

4 RESULTADOS

Os encontros aconteceram no auditório da escola devido o número de alunos. Mediante o projeto de intervenção, os pesquisadores tiveram as seguintes percepções:

O 8^a ano 1, foi a primeira turma que recebeu as orientações sobre o estudo. Observou-se que todos os alunos presentes prestaram total atenção as informações fornecidas. E, que todos demonstraram interesse e empolgação com o tema proposto.

As turmas da 7^a série 1 e 2, foram a segunda turma de alunos que receberam as orientações. Observou-se que a grande maioria dos participantes demonstraram tristezas e sentimentos de emoções (choro). Alguns alunos manifestaram espontaneamente (por meio de palavras) que, ficaram motivados e, que encontraram-se capazes para realizarem mudanças de hábitos comportamentais para a vida das pessoas. Alguns alunos, considerados exceções choraram durante a intervenção do projeto e, fizeram os seguintes questionamentos:

1. Por que ele chutou sozinho?
2. É possível se comunicar com as pessoas com imagens e desenhos?
3. O que seria desrespeitoso fazer com o amigo que é deficiente?
4. Existe algum método cirúrgico que possa mudar essa situação?

Após o encerramento e conversa com a professora responsável pelos alunos, parabenizou os pesquisadores pela palestra proferida, referindo sentimento de emoção. Relata que um dos alunos é campeão nacional de paraolimpíada.

O 8^a ano 2, foi a terceira turma que receberam as orientações. Observou-se que grande maioria dos alunos se emocionaram no decorrer da aplicação do projeto de intervenção. Boa parte dos alunos demonstraram sorrisos em suas faces com relação a amizade entre os personagens do vídeo. E, alguns alunos considerados exceções, demonstraram desinteresses pois, estavam sonolentos durante a apresentação. Ao término da intervenção não houve dúvidas, perguntas ou questionamentos.

No mesmo dia a orientadora responsável, nos chamou e, solicitou para que aplicássemos o projeto para o 6^a ano 1 e 2. A ideia foi acordada entre os

pesquisadores e a professora solicitante. Observou-se que todos os alunos assistiram o vídeo, com interesse e emotivos.

Após a apresentação, houve um tempo livre para que os participantes debatessem sobre o tema proposto e fazer questionamentos. Não houve manifestações por parte dos alunos.

Para finalizar, no último encontro, recebemos orientações da coordenadora da Atendimento Educacional Especializados qual, relata que a escola acolhe todos os tipos de alunos com deficiências físicas. E, que todos os professores contratados que auxiliam como apoio, possuem graduação e treinamentos especializados para atuarem com os portadores de necessidades especiais. Muitos destes profissionais contratados pela escola atuam em domicílio e, com crianças que não se adaptaram a escola.

A coordenadora relata que a escola elabora materiais de apoios, aulas dinâmicas de reforços por meio de jogos, músicas, vídeos e artesanatos, visando facilitar o desenvolvimento de aprendizagem apresentados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto visou orientar à comunidade escolar sobre a importância da socialização, entre pessoas sem deficiências com pessoas que são portadores de algum tipo de deficiências físicas.

No decorrer das apresentações tivemos dificuldades referentes ao material disponibilizado pela escola a citar: Data show, lousa digital e abertura do auditório no horário proposto.

Durante as apresentações, percebeu que os alunos possuem pouco conhecimento sobre o tema proposto. Observou-se que há uma necessidade de criar projetos semelhantes a este. As entidades governamentais devem prover uma política de educação voltada em divulgar, para que haja socialização e uma melhoria na qualidade de vida de pessoas portadoras de necessidades especiais e melhorias na infraestrutura das cidades (acessibilidade). Atualmente estamos evoluindo em diversos aspectos, seja na tecnologia, meios de comunicação, ingresso no mercado de trabalho, e a admissão de conhecimentos sobre mundo, Sabemos que a educação precisa ser aprimorada e devemos buscar alternativas de ação para atender as necessidades de diferentes estudantes, mas para isso os profissionais devem ser capacitados para lidar com pessoas de necessidades especiais, sabemos que cada adolescente portador de necessidades especiais sofrem por ser diferentes, seja por suas dificuldades físicas, psicomotoras, ou pela indiferença.

Com isso, observamos que a qualidade nos ambientes escolares em relação a educação para o deficiente físico é insatisfatória. Assim, é enfatizado que as práticas inclusivas podem fracassar, se professores do ensino comum não tiverem atitudes sociais positivas em relação a essas práticas. Somos saudáveis, embora tenhamos saúde ficamos revoltados e nervosos quando dormimos de mau jeito, tropeçamos em algo e acabamos reclamando de nossas vidas, porém, existem pessoas que se superam dia após dia, que enfrentam dificuldades maiores do que um simples tropeção e agradecem pela oportunidade de viver cada momento. Milagres que Deus nos deixou para que possamos aprender a viver e sermos gratos, são as pessoas com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. rev. atual–Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 346 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Definição de deficiência física, art. 4 Seção 1. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em 30 de maio de 2016.

A Inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho; MPT/Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho - Brasília/DF. 2001.

BUENO, J.G.S A integração social das crianças deficientes: a função da educação especial. Em M.T.E. Montoan, (Org.) A integração de Pessoas com Deficiência: definições para uma reflexão sobre o tema (pp.57-61). São Paulo: Memmon, Editora Senac.(1997).

JERUSALINSKY, A. A escolarização de pessoas psicóticas. Em estilo da Clínica – revista sobre a infância com problemas (pp.72-95) São Paulo: Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida – IPUSP, V2, nº 2. (1197).

MENA, L. F. B. **Inclusões e Inclusões: A Inclusão Simbólica.** 2000.

_____. Psicol. Ciênc. Prof.; 20(1): 30-39. Artigo, Index Psicologia-Periódicos técnico-científicos. (2000).

MUZA, G. M. **A criança abusada e negligenciada.** Jornal de Pediatria. São Paulo. (1994)

PEDRINELLI, V. J. **Possibilidades na diferença: o processo de inclusão, de todos nós.** (Revista integração MEC), São Paulo. 1994.

PEREIRA, S. N; DESSEN, M. A. Deficiência mental e família. 2000. (Psic.: Teor. e Pesq. vol.17 no.2 Brasília.2001)

SASSAKI, R. K. **Como chamar os que tem deficiência?** Revista Integração. (MEC: Brasília, 1998). Disponível em: <http://www.saci.org.br>.> Acesso em 15 de março de 2016.

SCHULUNZEN, E. T. M; CUNHA, M. T. A; D' OLIVEIRA, M. P; OLIVEIRA, R. D. **O desenvolvimento de projetos e o uso do computador no ambiente de aprendizagem para crianças com necessidades especiais físicas.** V Congresso Iberoamericano de Informática educativa. São Paulo. (2000).

SARNEY J; ABREU B. J. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.** Independência e 101º da República. Brasília, 24 de outubro de 1989.

APÊNDICES

Apêndice A: Declaração para autorização da aplicação do projeto de Intervenção



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA.

OFÍCIO nº07/2017 – Diretoria Geral / IFSC

Joinville, 21 de fevereiro de 2017.

A Sua Senhoria a Senhora

Diretora da E.E.B. Profª Antonia Alpaldes Cardoso dos Santos

Rua Minas Gerais, 2450 - Nova Brasília - Joinville / SC - CEP 89214-600

Prezada Diretora,

Cumprimentando-a cordialmente, solicitamos a Vossa Senhoria autorização para que os alunos **JOAO CARLOS ROGALSKI; KAMILLY RANKEL; THAÍS SANTOS DE ANDRADE e VITOR DINIZ DE MEDEIROS**, matriculados no Curso Técnico em Enfermagem do IFSC, realizem uma visita na E.E.B. Profª Antonia Alpaldes Cardoso dos Santos, com o objetivo de desenvolver um trabalho acadêmico sobre o tema: *Educação à Comunidade Escolar sobre a importância de compartilhar experiências aos portadores de necessidades especiais em um Polo de referência no município de Joinville/SC*.

O trabalho tem como público-alvo os alunos matriculados no ensino regular do 6º ao 8º ano, na faixa etária de 11 a 14 anos, e demais convidados presentes. A metodologia dar-se-á através de um estudo que se caracteriza como sendo uma ação de educação. A ferramenta utilizada para avaliar as percepções será o diário de campo.

Havendo autorização, as etapas do trabalho serão as seguintes: a) realização de encontros com os docentes ou responsáveis; familiares e a comunidade escolar (professores, alunos e a direção) para apresentar a proposta do projeto; b) apresentação do vídeo: *Cuerdas*, com duração de 10 minutos; c) Após a apresentação do vídeo, os membros participantes terão 30 minutos para relatarem suas percepções. Neste momento, os pesquisadores responsáveis pelo trabalho estarão coletando as reações



Diretoria-Geral
Rua Pavão, 1317 - Costa e Silva.
89220-618 - Joinville - SC
Fone: (047) 3431-5601
Email: direcao.joinville@ifsc.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

sensitivas, relatos de experiências vividas e as percepções presenciadas dos membros participantes.

Desde já agradecemos sua valiosa colaboração e colocamo-nos à disposição para o agendamento da visita, conforme a disponibilidade dessa escola, com a Prof. Marlete Scremin, orientadora dos alunos, através do tel.: (47) 3431-5048 ou pelo e-mail: marlete@ifsc.edu.br.

Atenciosamente,



VALTER VANDER DE OLIVEIRA
Diretor Geral do IFSC - Câmpus Joinville



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

Diretoria-Geral
Rua Pavão, 1377 - Costa e Silva -
89220-618 - Joinville - SC
Fone: (047) 3431-5801
E-mail: direcao@ifsc.edu.br